

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO DIÁRIO DO FREI MANOEL MOREIRA DA PAIXÃO E DORES

Aspirante Lucas Expedito de Paiva Zim

ANTECEDENTES

O mar, com toda sua imensidão, desde os povos mais antigos, revelava-se um grande mistério e temor, poderia ser o lar de criaturas monstruosas, caminho para paraísos perdidos e o reino de Netuno. Mas, a partir dos processos de secularização e de racionalização, do aprimoramento de técnicas e ferramentas, ligados às intenções de expansão territorial, os homens reconheceram a necessidade de se lançar ao mar e conquistar novos domínios.

Evocando o período da expansão marítima europeia, a partir da análise de relatos e fontes históricas, é possível perceber a notoriedade do mar na construção e consolidação das sociedades ultramarinas. Portugal e Espanha, monarquias ultramarinas nos séculos XV e XVI, ao tomarem consciência da importância do domínio marítimo para ampliação de seu território, riquezas e poder, voltam-se à navegação oceânica, transformando as concepções em torno do mar.

A partir desta tomada de consciência, o Atlântico destaca-se devido ao posicionamento estratégico da Península Ibérica e, posteriormente, torna-se a via de acesso mais apropriada dos colonizadores aos seus territórios conquistados. Vale ressaltar que, a partir do início do domínio português e espanhol em outros territórios banhados pelo Atlântico, estes reivindicaram para si a exclusividade jurisdicional dessas águas marítimas, motivados pelo seu pioneirismo na navegação e pelas questões religiosas envolvidas, explicitadas pelo apoio papal a essas monarquias católicas. Esses elementos condicionaram as transformações e o desenvolvimento econômico, cultural, social, político e militar das regiões africanas e americanas ocupadas pelos ibéricos.

Numa perspectiva que prioriza o “descobrimento”, ocupação, formação, unificação e afirmação do

território e Estado Brasileiro após 1822, percebe-se que o legado lusitano foi basilar para a consolidação do aparato governamental, social, cultural e até mesmo arquitetônico da sociedade aqui enraizada. De acordo com Lúcia Bastos Pereira das Neves (1999), a colonização portuguesa e, principalmente, a vinda da monarquia portuguesa para sua colônia, devido às invasões francesas napoleônicas a Portugal, resultou num processo de estruturação e divisão de classes, desenvolvimento urbano, aparecimento de uma elite acadêmica e aculturada, que frequentava bibliotecas, teatros e livrarias.

A CAPITAL DA COLÔNIA SE TORNA A CAPITAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Todo o processo de transformação derivado da presença da corte no Brasil ocorreu majoritariamente na cidade do Rio de Janeiro. Em 1763, houvera a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. A cidade, às margens da Baía de Guanabara, gozava de uma localização estratégica do ponto de vista governamental, comercial e militar. Os textos acadêmicos costumam creditar a mineração em Minas Gerais como causa basilar para a transferência da capital para o Rio de Janeiro.

Porém, de acordo com os trabalhos de Antônio Edmilson Martins Rodrigues, é necessário também valorizar a tradição de autonomia de que desfrutava a cidade do Rio de Janeiro: gozava de certa autonomia em relação a Salvador para o trato com a metrópole e também para com a Ásia, África, região do Prata e América do Norte, especialmente no Caribe, sendo até considerada a cidade mais importante para o tráfico negreiro.

Além disso, a Baía de Guanabara era fundamental para os Engenhos Reais, que produziam cachaça para

servir como moeda de troca para a compra de escravos. Dessa maneira, o Rio de Janeiro se expandiu pelo Atlântico, legado este deixado pelos portugueses, que se diferenciava dos demais países europeus que buscavam grandes domínios terrestres, visto que adotavam o mar como parte do seu domínio. Segundo Hespanha e Santos (1998), o Império Português não se tratava de um império terrestre, mas sim de um império oceânico, em que o mar não representava um limite.

Por ocasião da transferência da corte, a elite portuguesa trouxe consigo o luxo, costumes e as noções de moda que aqui não existiam. A necessidade da oferta de serviços possibilitou a abertura de casas comerciais voltadas para este mercado que estabelecia as regras de vestuário sobre a sociedade, desenvolvendo o comércio nas cidades.

Outro ponto que vale a pena a ser destacado é a construção de teatros para que os artistas portugueses pudessem se apresentar, fazer com que os portugueses mais enriquecidos se divertissem e ao mesmo tempo se adaptassem à sua nova realidade em um território tropical. O Real Teatro de São João, inaugurado em 1813 na cidade do Rio de Janeiro, cujo nome homenageava o então príncipe regente D. João, foi palco de muitos espetáculos nessa época, além disso, era um símbolo do aprimoramento arquitetônico construídos pelos portugueses no contexto da chegada da família real. Além desse teatro, pode-se exaltar a beleza de construções e instituições, a exemplo do Horto Real, o Jardim Botânico, em terras cariocas; a Real Biblioteca Nacional e a Escola de Belas Artes. Em 1816, chegavam artistas franceses, engenheiros, técnicos e médicos que contribuíram para as reformas urbanas do Rio de Janeiro. Entre eles destaca-se o pintor Debret, que retratou em suas aquarelas a história do Rio de Janeiro, destacando a vida dos escravos.

Houve também uma preocupação com as possíveis influências causadas pelos ideais revolucionários da Revolução Francesa. Dessa forma, a monarquia portuguesa implementou em 1808 a Imprensa Régia que, além de se encarregar dos documentos oficiais, deveria fiscalizar, até mesmo censurar publicações, inclusive científicas, consideradas perigosas. Além disso, nesse período, Napoleão Bonaparte ocupava territórios portugueses, despertando assim certa insegurança e temor e exigindo mais atenção ao que se devia importar da França.

Após analisar alguns pontos gerais da formação e desenvolvimento do território brasileiro sob a influência de sua metrópole portuguesa, é necessário atribuir notoriedade à razão pela qual todos esses aspectos foram possíveis: o domínio do mar. E desse aspecto reluz a formação e emprego do Poder Naval. Portugal era uma nação de tradições marinheiras ao menos desde o século XV. Em 1808, Dona Maria I e o regente D. João trouxeram junto de sua corte a Marinha Real Portuguesa, instalando-se no Rio de Janeiro os órgãos máximos de direção da Marinha Portuguesa, sendo eles: Intendência, Contadoria, Auditoria, Hospital, Academia, Conselho do Almirantado, Tribunal e Arsenal de Marinha. Além disso, grande parte da esquadra portuguesa atracou na Baía de Guanabara, como naus, fragatas, corvetas, canhoneiras e transportes. Ao reforçar que o mar é parte essencial de um plano de domínio e desenvolvimento, o governo português cria um aparato na colônia que aumentava o poderio econômico e geopolítico do Brasil, privilegiado pela ruptura do “pacto colonial” na abertura dos portos em 1808.

Tratando-se do aspecto de formação marinheira, a Academia Real de Guardas Marinhas, criada em Lisboa, em 1782, foi trazida a bordo da nau “Conde D. Henrique”, sendo instalada no Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro.

Mas foi em 1822, depois de muitos movimentos e ideias separatistas que às margens do rio Ipiranga, D. Pedro I, assessorado por sua esposa Dona Leopoldina e pelo estadista José Bonifácio de Andrade e Silva, declara a Independência do Brasil, fazendo necessária a consolidação do ato com as ações da Armada Imperial. Isso porque nas províncias do Norte e na Cisplatina, a lealdade de muitos ainda pertencia às autoridades lusitanas. O grito de Independência não foi ouvido da mesma forma nas unidades administrativas portuguesas, do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil. Dessa forma, fazia-se ao mar a primeira esquadra brasileira, com o intuito de expulsar os que eram uma ameaça ao novo regime.

OS RELATOS DO FREI PAIXÃO E DORES

Como nesse período grande parte dos oficiais estavam alheios às ideias separatistas, foi necessário que

D. Pedro I buscasse experimentados estrangeiros para tripularem os navios da recém-criada esquadra. O Primeiro Almirante foi Lorde Cochrane.

Lorde Cochrane era um oficial de Marinha e político escocês, nascido em 14 de dezembro de 1775, em Hamilton no Reino Unido, que recebeu o apelido de “lobo do mar” por suas façanhas em batalhas navais contra as forças de Napoleão Bonaparte. Foi declarado Primeiro-Almirante e Comandante em Chefe da Esquadra Brasileira no período da Guerra da Independência. Exaltado por seus feitos nas lutas navais das guerras napoleônicas, no combate à Espanha, na Independência do Peru e do Chile, foi contratado por D. Pedro para expansão territorial do Império do Brasil e para expulsar do Brasil as autoridades lusas que não se vincularam à Independência.

Com o título de Primeiro-Almirante da Esquadra Brasileira, honra esta concebida exclusiva e unicamente a ele pelo Imperador do Brasil, Thomas Cochrane, apesar de seus atos extraordinários, era conhecido por sua rebeldia e necessidade de publicidade, que atraíam olhares descontentes por parte das autoridades navais britânicas. No que tange aos seus serviços à Marinha Imperial Brasileira, apesar do desfecho final de sua última estada no Maranhão, o almirante Cochrane cumpriu com o seu dever de unificar o Império, navegando com sua esquadra em direção à Bahia, ao Maranhão e Pará. Sua esquadra contava com a nau *Pedro I*, a capitânia, três fragatas (*Piranga*, *Paraguaçu* e *Niterói*) duas corvetas (*Maria da Glória* e *Liberal*), quatro brigues e três escunas, sendo que nem todas as embarcações se apresentavam de maneira desejada. Os oficiais ingleses buscavam capacitar ao máximo suas tripulações fazendo manobras de velas, exercícios de artilharia e adestramentos de abordagem. É necessário destacar que a sede da esquadra brasileira era a cidade do Rio de Janeiro e que, após a declaração da Independência, tornou-se a capital do Império.

Como o cenário do norte do país permanecia conflituoso, tendo Salvador controlada pelo General Madeira em terra e pelo Almirante Feliz Campos no porto, e tendo ainda no Maranhão e no Pará o domínio das Juntas de Governo portuguesas, no início de abril de 1823 a Esquadra Imperial Brasileira se lança ao mar. Apesar de todos os adestramentos, a viagem

com destino a Bahia foi um desafio devido à falta de experiência dos homens na navegação.

Nesse contexto, Frei Manoel Moreira da Paixão, então capelão naval a bordo da Nau *Pedro I*, escreveu um diário em que registrou suas experiências e testemunhos. Trata-se, portanto, de uma fonte primária que narra os acontecimentos vividos pela esquadra comandada por Cochrane. De acordo com esse registro, foram empregados os seguintes meios navais na campanha da Bahia: Nau *Pedro I*, comandada pelo Capitão de Fragata Thomas Sackville Crosbie; Fragata *Piranga*, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra David Jewett; a Fragata *Real Carolina* comandada pelo Capitão de Fragata Gonçalves Lima; a Fragata *Niterói* comandada pelo Capitão de Fragata John Taylor; a Corveta *Maria da Glória* comandada pelo Capitão-Tenente Teodoro de Beaurepaire; Corveta *Liberal* comandada pelo Capitão-Tenente Antônio Salema Garção; o Brigue *Guarani* sob o comando de Antônio Joaquim do Couto; Brigue *Escuna* sob o comando de Justino Xavier; e a Escuna *Leopoldina* comandada pelo Segundo-Tenente Francisco de Sá Lobão. Um total de nove navios, aproximadamente 2.000 praças e 278 peças de artilharia.

Neste mesmo diário, são encontrados os bastidores do início dessa expedição, o momento em que a representação do Poder Naval consolidado no período da Independência sai de seu berço rumo a um possível combate. No relato do frei, é possível perceber a importância desse marco, a sua fidelidade e devoção ao casal imperial e o seu orgulho em pertencer à Armada:

Neste mesmo dia, às 5:30 hs. da manhã, veio para bordo da Nau o Exmo. Almirante Lord Cochrane, Comandante em Chefe da Esquadra; e logo depois de 6hs. chegaram Suas Majestades Imperiais, a quem tive a honra de beijar as Augustas Mãos, e se demoraram até às 7:30hs., em que fizemos à vela, continuando a honrar-nos com a sua companhia até mui perto da Ilha Redonda. Nesta altura, pondo-se a Nau à capa, embarcaram Suas Majestades Imperiais na sua Galeota, com seus criados, e se lhes deram os vivas de costume, com uma salva de vinte e um tiros, bem como a Fortaleza de Santa Cruz lhes havia feito ao passarmos pela sua

frente. Suas Majestades Imperiais se dignaram de receber com muita satisfação, e em pé na Galeota, com remos arvorados, o nosso cortejo, e assim se conservou a Galeota até que toda a Esquadra acabasse de passar. Constavam-se já 10 hs. da manhã quando tudo isto se deu por finalizado; e então mesmo, mareando a Nau o pano que tinha capa, prosseguisse o rumo de seu destino, voltando Suas Majestades Imperiais a demandar à barra para se recolherem à Cidade (DORES, 1957, p. 25-26).¹

Em 1823, uma esquadra suspende da Baía de Guanabara, com homens de diversas nacionalidades, reunidos com o objetivo de unir um território, criar uma ideia de pertencimento em um país de dimensões continentais, em que o meio mais eficiente para o cumprimento dessa missão era o mar. Além de consolidarem um poder naval, ainda conseguiram a afirmação de um vasto território em um contexto de Independência.

A desatracação do Rio de Janeiro foi um momento de euforia e felicidade, mas os dias não foram tão fáceis assim durante a travessia. Sobre o trigésimo quarto dia de viagem, o Frei testemunha um encontro da Esquadra Imperial Brasileira com navios do inimigo:

Continuaram as duas Esquadras na posição descrita, e às 11hs. da manhã se atacou uma a outra, do mesmo modo que Lord tinha premeditado, posto que em todo se não efetuassem seus planos pela falta de ordem que a Nau teve em fazer fogo a uma das Fragatas do centro do inimigo, e as outras três que, retirando-se, nos faziam fogo. Parece incrível à vista de tão inspirado recurso, não ficássemos sujeitos às duplicadas forças inimigas, depois de contarmos com parte delas; mas aproximando-se a nós pela proa a dita Fragata, ouviu em silencio a voz do Almirante, que desta maneira lhe disse:—“Português, riende já tu Bandeira!” E logo sem perder um momento, nem dar uma só palavra, a mesma Fragata rompeu sobre a Nau Pedro Primeiro o fogo que pôde de artilharia com balas, granadas e metralha, desde as mesas

grandes até a proa, sem avaria de consequência, e nos foi fazendo fogo até que pôde arribar da Nau para a bater com a outra bateria; a Nau imediatamente lhe fêz fogo, e virando sobre ela com a Piranga ela fez força de vela, e foi retirando com o resto das outras Fragatas, procurando a Nau D. João VI, que com o resto das outras forças nos procuravam pela retaguarda, para nos meter em dois fogos; porém, como a Niterói, Maria da Glória e Piranga correram sobre a Nau inimiga, batendo ao mesmo tempo os mais navios que podiam chegar, juntamente com a nossa Nau, que as foi ajudando, obrigaram o inimigo a deixar sua empresa e a seguir caminho de seu porto, concluindo-se toda esta ação em menos de três quartos de hora (DORES, 1957, p. 47-48).

Apesar desse intenso relato, notando a superioridade do inimigo, Cochrane retirou a esquadra para um fundeadouro perto da Ilha de Tinharé, bem abrigado, fazendo com que os portugueses desistissem de persegui-los. Mas a situação na cidade de Salvador ficou complicada, visto que o Primeiro Almirante fez um bloqueio à cidade, apresou todas as embarcações de abastecimento que se aproximavam da baía e, somando a isto, chegaram notícias de que um exército imperial se aproximava por terra. Para dar fim a este desafio, Cochrane atacou navios portugueses em seu fundeadouro, causando confusão e provocando que o General Madeira desistisse e embarcasse suas forças nos navios portugueses, passassem pelo bloqueio e seguissem para Portugal. O Almirante iniciou uma perseguição a eles, os navios imperiais atacaram o comboio português e muitos navios foram capturados; depois de algum tempo, deu-se por encerrado e finalmente a Bahia aderiu ao Império. Na obra *Diário da Armada da Independência*, tem-se esta reflexão:

A 2 de julho vejo o Lord com uma só Nau acompanhar a Esquadra inimiga e aprisionar em sua presença embarcações de seu comboio. Vejo a Esquadra inimiga reunir-se e dar caça à nossa Nau, e esta sem receio dirigir-se para a terra, sem ser perseguida, como devia pelo inimigo (se é que como inimigo a caçava), e finalmente fazer-se no bordo do mar,

¹ Foi respeitada a grafia original de época presente no diário.